

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS INSERIDAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Souza, Pedro Ulisses Fernandes

[ulissesjulem@hotmail.com](mailto:ulissesjulem@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5050-9241>

### RESUMO

O objetivo é analisar através do conhecimento científico a didática de uma política linguística que busca a fala e interação sob perspectiva analítica na formação e nas políticas aplicadas no ensino, no sentido de abranger a implementação de políticas bi ou plurilíngues. No entanto, um dos questionamentos é saber quais as políticas linguísticas no sentido de formar conhecimento científico que represente as identidades e letramentos sem que haja interferência nas diferenças culturais, mas trazendo ao Brasil o poder de atrair diferentes conhecimentos. O método de pesquisa foi bibliográfico, por meio de um apanhado de pesquisa científica de autores como Severo (2013), Abeledo (2014), Garcez et al. (2016), entre outros. Ao término da pesquisa constatou-se a compreensão do ensino da língua aplicada como habilidade, reconhecimento e integração das línguas nas políticas integrativas e no fortalecimento de medidas para obter melhorias no ensino de línguas.

**Palavras-chave:** Políticas Linguísticas; Perspectiva analítica; ensino da língua; e fortalecimento interinstitucionais

**Abstract:** The objective is to analyze, through scientific knowledge, the didactics of a language policy that seeks speech and interaction from an analytical perspective in training and policies applied in teaching, in the sense of covering the implementation of bi- or plurilingual policies. However, one of the questions is to know what are the linguistic policies in order to form scientific knowledge that represents identities and literacies without interfering with cultural differences, but bringing to Brazil the power to attract different knowledge. The research method was bibliographic, through a survey of scientific research by authors such as Severo (2013), Abeledo (2014), Garcez et al. (2016), among others. The conclusion of the research concerns the understanding of applied language teaching as skill, recognition and integration of languages in integrative policies and the strengthening of measures to obtain improvements in language teaching.

**Keywords:** Language Policies; Analytical perspective; language teaching; and inter-institutional strengthening

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, o objetivo é analisar através do conhecimento científico e didática de uma política linguística que busca a fala-em-interação sob perspectiva analítica na formação do conhecimento e nas políticas aplicada no ensino, no sentido de abranger a implementação de políticas bi ou plurilíngues. Atualmente, inúmeras transformações têm ocorrido no sentido de gerar conhecimento.

Nesse contexto, as políticas linguísticas são recursos como crenças e valores que dizem a respeito de uma língua e que contribuem para que haja a interação entre os membros de um determinado grupo.

As diversas formas de políticas linguísticas que determinam a forma do falar ou do escrever em determinados ambientes sociais. Sendo assim, alguns necessitam de maior ou menor informalidade.

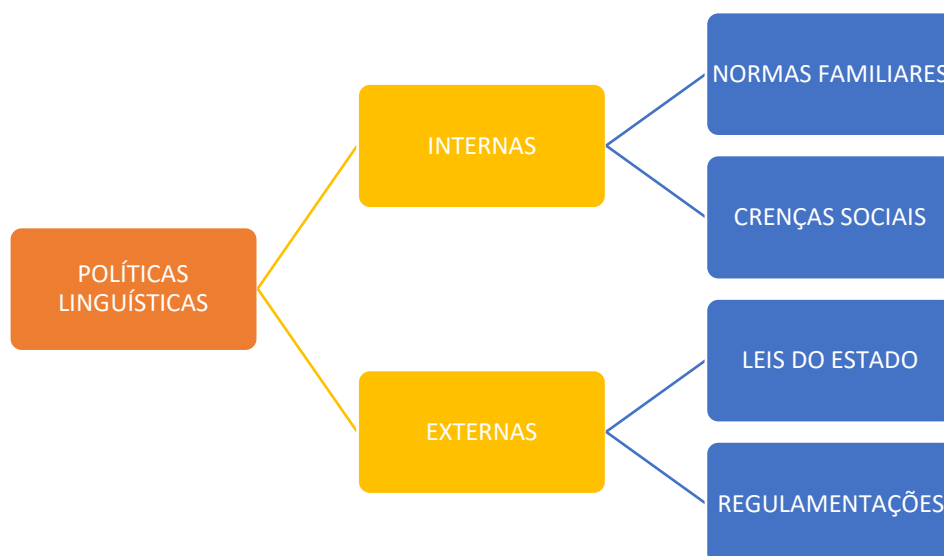
As políticas linguísticas Garcez (2016) podem ser regidas por leis formais que determinam a forma de escrever como ocorreu na reforma ortográfica da Língua Portuguesa, porém podem também ser normas internas que podem estar na: escola, casa, trabalho ou outros diversos ambientes sociais.

Todavia, existe uma grande preocupação dos professores em ensinar a variedade correta de falar e escrever, independente se os conteúdos estarão presentes nas avaliações externas como: Enem, Concursos ou Vestibulares. Dessa forma, a aplicação das políticas linguísticas no ensino contribui para propor melhorias educacionais.

Segundo Sarmiento (2016), ao relacionar as várias políticas linguísticas, estamos dando oportunidade no país de ocupar espaços em diferentes línguas em diversas instituições escolares.

Nesse contexto, as Políticas Linguísticas, segundo Garcez (2016), podem ser aplicadas da seguinte forma:

*Figura 1 - Políticas Linguísticas*



*Fonte: autor do artigo*

Baseado nisso, a presente pesquisa pretende responder: quais as políticas linguísticas no sentido de formação de conhecimento em sala de aula, como representações, identidades e letramentos sem que haja interferência nas diferentes culturas, mas trazendo ao Brasil o poder de atrair diferentes conhecimentos, e com objetivo de estabelecer relações comerciais e econômicas com diferentes povos.

## **2. MULTILINGUISMO NAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS APLICADA NO ENSINO**

O nascimento da Política Linguística no campo científico tem sido uma disciplina (EUA e Europa) se deu concomitante à emergência da Sociolinguística, ambas tendo como marco um evento organizado por Willian Bright na Universidade da Califórnia, no ano de 1964, onde estiveram presentes nomes associados tanto à Política Linguística como à Sociolinguística, entre os quais estavam Haugen, Labov, Gumperz, Hymes e Ferguson. No ano de 1968, esse campo foi corado e consolidado através da publicação do trabalho *Language problems of developing nations*, assinado por Fishman, Ferguson e Dasgupta (MANLEY, 2008; SEVERO, 2013).

O Brasil é considerado um país Multilíngue, apesar de que, ao longo da história com pseudo-monolíngüismo vem sendo propagado de forma correta a finalidade é reforça a imagem de que o país como uma nação uma que busca atrair liderança, chamar a atenção com a finalidade de estabelecer relações econômicas e comerciais, no sentido de construir o desejo de aprender línguas, seja nos aspectos formais e informais, unidos diferentes culturas. O objetivo e favorecer uma política que busca o avanço e o fortalecimento social e econômico em diferentes países (ALMEIDA; BELFORT-DUARTE, 2010).

A política linguística iniciou no ocidente como uma disciplina que atravessou por esforços sistemáticos, racionalizando um modelo aplicado aos estudos descritivo da relação entre as línguas e de seu funcionamento (político) nos limites do Estado. Tal esforço surgiu como a finalidade de buscar regras de maneira legítima de uma Política Linguística no campo do saber científico, dado que uma disciplina pode ser definida por um domínio de objetos, ou seja, um conjunto de métodos, um corpo (SPINASSE, 2016).

O autor ainda ressalta que esse fenômeno linguístico deve ser compreendido nos espaços escolares de forma reflexiva no processo de ensino-aprendizagem. Um

contexto na área de educação mantida nas práticas discursivas que motivam as transformações e afetam todos os indivíduos. Todavia, é fundamental que sua aplicação seja realizada também na formação do professor no cenário multilíngues para que haja uma prática teórica e técnica que atenda o ensino das línguas (SPINASSE, 2016).

Sabe-se que, tudo que fazemos, diz respeito às políticas linguísticas, isto é, uma formulação sintética e completa, no sentido de definir a quem deve ser atingido, preconizando a aplicação do ensino por meio de habilidade, métodos e materiais importantes de ser usados no processo de ensino, de tal maneira que ao encaminhamos os dados para cada componente, tudo seja encaixado de forma plena e na medida em que se trata de recursos pedagógicos relevantes no aprendizado (SARMENTO, 2016).

Para compreender este estudo Sarmiento (2016) ressalta que a linguística aplicada é uma área de investigação que foi vista por muito tempo como uma prática teórica para o ensino de línguas, uma visão distorcida da trajetória de uma pesquisa que apenas equacionava a instrução de línguas estrangeiras e materna, método usado no sentido de elaborar técnicas de ensino. Atualmente, o pensamento é outro, a necessidade de trazer novos conhecimentos tem feito com que haja uma busca continua por Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Orientações Curriculares do Ensino Médio, o Idiomas sem Fronteiras, o Programas Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros.

No passado a linguística tinha com objeto apenas o processo de transmissão, o fato é, não trazia nenhum conhecimento, não havendo discussão, questionamento, ou mesmo, participação efetiva no aprendizado. A necessidade de formação do docente e a indagação dos indivíduos envolvidos tornaram-se cada vez mais intenso, fazendo com que houvesse necessidade a implantação de um novo modelo de ensino-aprendizagem, permitindo uma maior compreensão sob ótica sociocultural, ofertando uma formação mais qualificada dos professores, propondo experiências significativas, com enfoque na valorização cognitiva, na construção de uma prática relacionada a comunidade e o engajamento dialógico, além da construção de uma diálogo colaborativo entre vários participantes no processo de formação do docente (ALBRES; NEVES, 2013; GARCEZ; SCHULZ, 2016).

O estudo da linguagem nas escolas de determinadas regiões brasileiras é voltado apenas para o ensino de normas gramaticais. Essa perspectiva se diferencia dos estudos realizados pela Linguística, uma vez que as mesmas se diferenciam da gramática tradicional, normativa ou dita regras de correção na utilização da linguagem. Entretanto, a grande preocupação está voltada para a ciência de todas as linguagens verbais ou escritas, o que faz parte da língua, liga-se a matéria de estudo reflexivo (NASCIMENTO, 2004; SPINASSE, 2016).

### **3. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO**

A formação do conhecimento faz parte do ensino da linguagem, línguas adicionais servem como propósito de orientar para uma análise e criação de tarefas pedagógicas como modo de ação constituída como intercâmbio orientado para a criação de materiais didático e o ensino de língua adicionais. Uma ação política linguística tem como objetivo de promover melhorias acadêmicas por uma decisão imposta pelo Estado (GARCEZ et al., 2012).

É natural que para formação do conhecimento, aprender a ter domínio da linguagem natural através do pertencimento das pessoas a comunidades. Entretanto, as ações são descritas de maneira visivelmente racional, podendo ser relatável para todos os efeitos práticos, sob perspectiva dos interagentes e para o desenvolvimento das atividades, cuja a competência abrange, pessoas enquanto membros de uma sociedade; reconhecimento de uma pessoa fazendo parte de um co-membro; além das decisões relevantes a serem tomadas pelos membros nas contingências do trabalho interpretativo com objetivo de produzirem suas atividades cotidianas de forma que eles compreendam entre si como racional (ABELED0 et al., 2014).

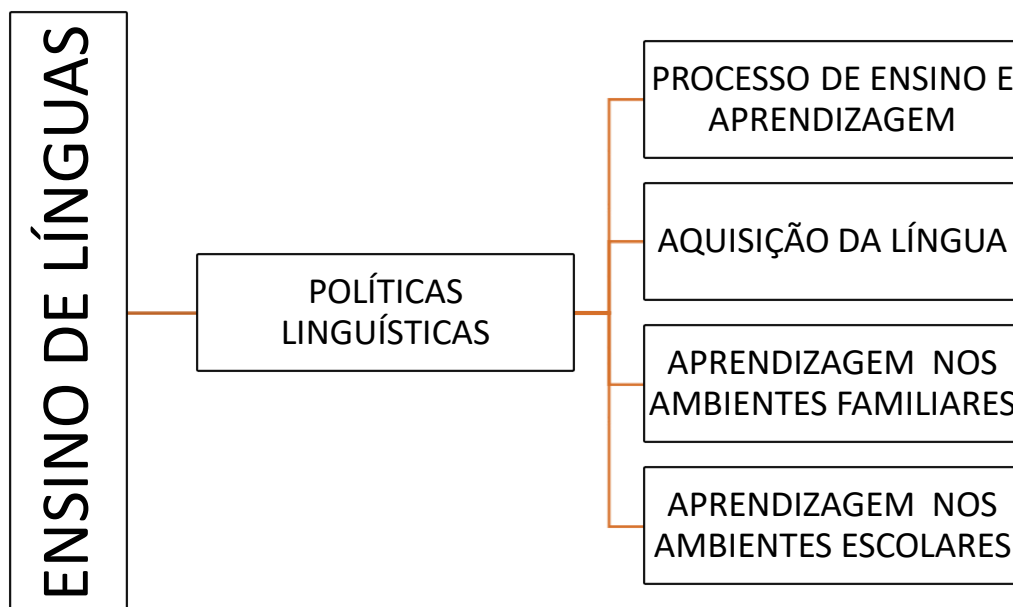
### **4. PERSPECTIVA ANALÍTICA NAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

A perspectiva analítica nas políticas linguísticas vem gerando através do uso da linguagem um modelo de ação, cuja a análise de conversa representa um conjunto de ações que descreve a mensagem, transmite e decodifica através de uma abordagem analítica fundamentada na Etnometodologia. O ideal é buscar de forma centrada nos participantes e a co-construção da fala-em-interação, em geral, recorrente as informações externas aos dados, fundamentado nas afirmações analíticas e nas ações dos participantes, conforme vem sendo demonstrado, uns aos

outros, compreendê-las, turno a turno, na sequência interacional (ABELEDO et al., 2014).

Nesse contexto, relatar sobre as políticas linguísticas são elementos que contribuem para que a aprendizagem de línguas ocorra. Sendo assim. Elas influenciam diretamente no ensino de línguas:

*Figura 2: Ensino de Línguas*



*Fonte: autor do artigo*

É imprescindível relatar que as políticas linguísticas são elementos que fornecem elementos para que aconteça a aquisição de uma língua. Assim, tal processo não pode deixar de levar em consideração a heterogeneidade linguística no ambiente escolar. Dessa forma, quando as políticas enxergam tal elemento é o que contribui para que ocorra a aprendizagem.

Por outro lado, relatar sobre as políticas de uma língua é verificar também que está presente no ambiente familiar nos diversos momentos em que os pais determinam a forma de conversar dentro de casa. Sendo assim, as regras estabelecidas socialmente nas moradias são políticas linguísticas familiares.

Se pensarmos nas políticas linguísticas como relações da sociedade e das pessoas com as línguas é possível manter uma visão mais analítica, permitindo aproximar-se da perspectiva dos participantes, ao descrever os entendimentos internacionalmente alcançados por eles. É uma atividade cotidiana que utilizam a

linguagem como uma maneira de interagir, atingir e manter a intersubjetividade, isto é, uma convergência de entendimento comum acerca do que estão fazendo naquele aqui-e-agora da fala-em-interação (ABELEDO et al., 2014).

Edward Sapir (1929) define o ensino do línguas como um método considerado especificamente do homem e não instintivo, usada para se comunicar ideias, emoções e desejos através de símbolos voluntariamente produzidos. Por isso, que a línguas teve uma definição clássica de um conjunto finito ou infinito de sentença, lembrando que cada finito ocupa seu comprimento e constrói a partir de finitos elementos. Na fala de Chomsky (1998) ressalta que as línguas trazem componentes da mente/cérebro humanos que levam ao conhecimento do uso da língua, por isso que a faculdade de linguagem é um órgão de linguagem, e a língua é um estado dessa faculdade.

Esse modelo analítico sob perspectiva da linguagem permite compreender a Semântica dos acontecimentos, considerando através da observação a enunciação, ou seja, a língua nos espaços em que funcionam na manutenção de um conjunto de mecanismos para resolução desses problemas (de escuta, de produção ou de entendimento das falas). É uma forma de controla de maneira discursiva que se cruzam, nos discursos políticos, ideológicos, sociais, uma memória dizível, parafrástica e polissêmica (GUIMARÃES, 2018; SOUZA; SANDRONI-SANTOS, 2020).

Por isso, que a intersubjetividade busca alcançar por meio de um trabalho interpretativo que está em andamento. Quando se percebe que esse se encontra em risco a manutenção da intersubjetividade, é preciso então de uma forma analítica e buscar a mobilização de um conjunto de mecanismo no sentido de resolver tais problemas, como de escuta, de produção ou de entendimento das falas. No entanto, esse é o mecanismo que constituem a organização do reparo na fala-em-interação (SANDRONI-SANTOS, 2020).

O autor finaliza falando que essa organização nos quais estamos se referindo, cuja o processo de observação é composto por outro recurso analítico fundamental da ACE, ou seja, é uma caracterização preferencial que usa para reparar, seja ela iniciando e realizado pelo próprio responsável pelo turno de fala problemática. No entanto, é possível compreender que o lugar do autorreparo como uma forma de discordar, corrigir ou ensinar algo.



Por fim, é possível afirmar que o reparo pelo outro não deve ser tão infrequente quando se ressalta em situações de fala-em-interação nas quais as pessoas se interagem entre si, gerando os turnos da fala. Com isso, acontece os momentos de troca de conhecimentos e gerando assim a aprendizagem de um determinado conteúdo ou assunto.

## **5. CONCLUSÃO**

Com base no que foi apresentado no presente artigo, é possível concluir que a política linguística brasileira vem passando por um processo de formação e legitimação no campo do saber como estatuto científico. Apesar da necessidade de definir um domínio de objetivo, conjuntos de métodos, ou seja, uma forma de proposição consideráveis para seu desenvolvimento, ainda sim, é possível afirmar que essa formação Política Linguística são métodos sistematizado da relação entre as línguas, suas classificações, suas funções e seus atributos em diferentes níveis de favorecimento.

Por isso, este texto teve como objeto as políticas linguísticas de forma interacionais, buscando evidenciar os participantes através da fala-em-interação. Os aspectos formais e informais em diferentes culturas favorecem o avanço e o fortalecimento social e econômico em diferentes países no campo do saber científico. Esse fenômeno linguístico deve ser compreendido nos espaços escolares, nas práticas discursivas e no cenário teórico e técnico.

É preciso compreender que o ensino das línguas diz respeito às políticas linguísticas preconizando a aplicação do ensino, utilizando-se das habilidades, métodos e materiais importantes no uso do conhecimento em sala de aula, são medidas pedagógicas relevantes no aprendizado. Essa formação do conhecimento cria-se objeto de qualificação para mobilidade acadêmica através do reconhecimento de política integrativa entre diversos países, na promoção de intercâmbio de cursos de línguas adicionais com objetivo de fortalecer as equipes de docentes interinstitucionais.

Portanto, a perspectiva analítica das políticas linguísticas deve gerar um modelo cuja o objetivo é recorrer as informações externas, demonstrando a compreensão interacional nas relações da sociedade para com as línguas. Devendo



ser considera como uma atividade que serve para interagir, atingir e manter a intersubjetividade em comum acordo com aqui-e-agora da fala-em-interação.

Por fim, as políticas linguísticas aplicadas devem ser reconhecidas e alinhadas a nacionalidade de um país que vem buscando suas diversidades e valores culturais atuantes. Trata-se seus desafios na construção de uma política pública participativa, respeitando a promoção do direito às línguas.

## REFERÊNCIAS

### Artigos:

ABELED0, María de la López; FORTES, Melissa Santos; GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHALATTER, Margarete. Uma compreensão etnometológica de aprendizagem e proficiência em língua adicional. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n(53.1): 131-144, jan./jun. 2014.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. (no prelo). Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *DELTA*.2012.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ, Lia. *ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas*. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016.

GUIMARÃES, E. *Semântica Enunciação e Sentido*. Campinas, SP, Ed. Pontes, 2018..

IPOL. Políticas Linguísticas no Brasil: o reconhecimento das línguas brasileiras e as demandas por ações articuladas e inovadoras. **Revista do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL)**, 2013. Disponível em: <http://ipol.org.br/politicas-linguisticas-no-brasil-o-reconhecimento-das-linguas-brasileiras-e-as-demandas-por-aco-es-articuladas-e-inovadoras/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MANLEY, M. S. Quechua language attitudes and maintenance in Cuzco, Peru. *Language Policy*, Nova York, v.7, p.323-344, 2008.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Fazendo política linguística em sala de aula: ações didático-pedagógicas pela manutenção da língua minoritária Hunsrückisch. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016.

SOUZA, Jocyare Cristina Pereira de; SANDRONI-SANTOS, Ana Carolina Ribeiro. Políticas linguísticas educativas: análise semântica enunciativa de Formiga-MG. *Anais do XXXV ENANPOLL*, online, 2020.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) Linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, v. 57, n. 2: 451-473, 201

### Livros:



ALBRES, Neivas de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan. Libras em estudo: política linguística / Neiva de Aquino Albres e Sylvia Lia Grespan Neves (organizadoras) – São Paulo: FENEIS, 2013.

ALMEIDA, P. M. C. de; BELFORT-DUARTE, A. L. Ensino do português no contexto do Mercosul: revisitando o passado para compreender o presente e planejar futuras ações. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n.2, p. 13-35, 2010.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente**: Brasília, Universidade de Brasília (UNB), 1998

NASCIMENTO, S. S. do. Introdução à linguística. 2º semestre. Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação. Ministério da Educação. Capes, Universidade Aberta Brasil, 2004.

PETTER, Margarida. **Linguagem, Língua e Linguística**. In FIORIN, José Luiz (org.) Introdução à Linguística. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-23.

SARMENTO, Simone. Programa Nacional do Livro Didático de Língua Estrangeira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.